

RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.706 - RS (2018/0266570-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **CRISTÓVAM DIONÍSIO DE BARROS CAVALCANTI**
RECORRENTE : **JOSÉ DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI NETO**
ADVOGADO : **JOSÉ DIONISIO DE BARROS CAVALCANTI NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS054456**
RECORRIDO : **CONDOMINIO EDIFICIO ILHA DE PEDRA**
ADVOGADO : **YULIAN CZERMAINSKI MEREB - RS073541**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. NÃO SURPRESA. VEDAÇÃO. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO PRÉVIA. CONTRADITÓRIO. INTERAÇÃO. COOPERAÇÃO.

1. Ação de cobrança.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/2015, é imperativa a rejeição dos embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.
4. O art. 10 do CPC/2015 estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Precedente.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CRISTÓVAM DIONÍSIO DE BARROS CAVALCANTI e OUTRO com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 02/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 22/10/2018.

Ação: de cobrança ajuizada por CRISTÓVAM DIONÍSIO DE BARROS CAVALCANTI e OUTRO em face de CONDOMINIO EDIFICIO ILHA DE PEDRA na qual requer o ressarcimento de valores emprestados ao

condomínio.

Sentença: julgou improcedente o pedido, ante a prescrição da pretensão ressarcitória, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CC.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta por CRISTÓVAM DIONÍSIO DE BARROS CAVALCANTI e OUTRO, nos termos da seguinte ementa:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONDOMÍNIO. COBRANÇA.

A prescrição é matéria de ordem pública, que supera toda e qualquer arguição ou pretensão das partes. Inclusive, pode ser arguida a qualquer tempo e/ou declarada de ofício pelo juiz que preside o feito.

Impositiva a manutenção da sentença de extinção do feito, ante a prescrição, visto que a parte autora fundamenta o seu pedido na reparação civil, situação que se enquadra no prazo trienal referido pelo art. 206, § 3º, V, do Código Civil.

AFASTARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME." (fl. 383, e-STJ).

Embargos de Declaração: opostos pelos recorrentes, foram rejeitados.

Recurso especial: as razões recursais alegam violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I, II e III, do CPC/2015 e art. 10 do CC.

Sustenta, em síntese, a negativa de prestação jurisdicional, a deficiência de fundamentação e a violação ao princípio da não surpresa das decisões porquanto a sentença aplicou a prescrição pelo inciso IV do § 3º do artigo 206, e o Tribunal pelo inciso V, assentando tese jurídica não debatida entre as partes para se reconhecer a prescrição.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

1. Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios quanto ao reconhecimento da prescrição, de maneira que os embargos de declaração opostos pelos recorrentes, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

2. Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

3. Da ausência de surpresa na decisão judicial

Quanto à alegação da impossibilidade de decisão que utilizasse de fundamento, cujo conteúdo não foi devidamente contraditado pelas partes processuais, ou o chamado do princípio da não surpresa, que consta de forma robusta na nova legislação processual, tem-se que o art. 10 do CPC/2015 estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Pretende-se, com a nova legislação, proibir ao máximo a chamada decisão surpresa, também conhecida como decisão de terceira via, contra julgado que rompe com o modelo de processo cooperativo instituído pelo CPC/2015.

Para isso, a legislação processual tratou de obstar qualquer decisão que inova o litígio e adota fundamento de fato ou de direito sem contraditório

prévio, mesmo nas matérias de ordem pública que dispensam provocação das partes.

Na hipótese em julgamento, a sentença julgou improcedente o pedido, extinguindo o processo, ante a prescrição da pretensão ressarcitória, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CC.

O tribunal de origem, ao manter a improcedência da ação, negou provimento à apelação, novamente reconhecendo a prescrição da pretensão de ressarcimento, porém, nos termos do art. 206, § 3º, V, do CC.

Assim, não vislumbro a caracterização de decisão surpresa, haja vista a oportunidade já conferida ao recorrente de argumentar em suas razões recursais a aplicação da prescrição da ação pelo juízo sentenciante.

Logo, o acórdão recorrido não merece reparo. Incide a Súmula 568/STJ

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, "a" do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO parcialmente do recurso especial para NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados em 3% sobre o valor da causa devidos pelos recorrentes.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora